



AGENDA LEGISLATIVA

11 A 15 DE NOVEMBRO DE 2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Terça-feira (12/11)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30

PL 1225/2023 - Excepciona situações em que a exposição de imagens e a divulgação de nomes de investigados, acusados ou réus não configura ato ilícito Item nº 2.

Explicação: estabelece que não configura infração administrativa, civil ou penais as condutas ministeriais ou conduzidas pela autoridade policial a divulgação de ações, procedimentos e atos relativos à funções institucionais, assim como de gravações de áudios ou quaisquer direitos protegidos por cláusulas judiciais, com difusão autorizada.

Autor: Delegado Fabio Costa (PP/AL)

Relator: Kim Kataguiri (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação da Redação Final.

PL 1354/2021 - Altera o MCI, com a finalidade de criar estímulo à pluralidade e diversidade de notícias, assegurar medidas de proteção ao jornalismo nacional e combate às fake news, para adotar política de tratamento não discriminatório das empresas de mídia de jornais, revistas, rádio e televisão legalmente instituídas bem como para criar mecanismos de equanimidade, pluralidade e diversidade de conteúdo na internet. Item nº 47.

Autor: Denis Bezerra (PSB/CE)

Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Parecer: Pendente

PL 705/2022 - Dispõe sobre a compatibilização dos sistemas de Inteligência Artificial utilizados pela Administração Pública a práticas da agenda ambiental, social e de governança. Item nº 49.

Explicação: visa orientar as ações do poder público no uso da Inteligência Artificial, estimulando seu engajamento à agenda de melhoria nas práticas ambientais.

Autor: Helio Lopes (PL/RJ)

Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Parecer: Pela rejeição.

PL 1413/2023 - Altera o artigo 517 da lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) para dispensar permitir o protesto de decisão judicial transitada em julgada independentemente do decurso do prazo de pagamento voluntário. Item nº 52.

Autor: Afonso Motta (PDT/RS)

Relator: Eduardo Bismarck (PDT/CE)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CPD - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA / Anexo II, Plenário 13, 15h00

PL 492/2020 - Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (II) sobre produtos de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência Item nº 3.

Autor: Geninho Zuliani (UNIÃO/SP)

Relator: Sargento Portugal (PODE/RJ)

Parecer: Pela aprovação deste e do PL 2171/2022, apensado, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) .

Quarta-feira (13/11)

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 10h00

PL 4000/2012 - Dispõe sobre a possibilidade de amortização ou liquidação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil. Item nº 10.

Autor: Lídice da Mata

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 3509/2012, 6117/2013, 6613/2013, 7995/2014, 7235/2017, 1412/2021, 1150/2011, 5779/2013, 7557/2014, e 218/2022, apensados, e da Emenda apresentada na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), com substitutivo.

PL 514/2011 - Estende os incentivos estabelecidos pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a jogos eletrônicos de uso domiciliar. Item nº 27.

Autor: Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP)

Relator: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 899/2011, 943/2011, apensados, e do Substitutivo adotado pela CCTI.

PL 1613/2022 - Dispõe sobre a criação da "Plataforma CURA". Item nº 31.

Explicação: Trata de portal com informações sobre medicamentos de alto custo

Autor: José Nelto (PP/GO)

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde (CSAÚDE).

PL 4512/2020 - Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para dispor sobre medidas de proteção à concorrência, à inclusão financeira, à inovação e à diversidade dos modelos de negócios das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento Item nº 41.

Explicação: propõe que sejam estabelecidas regras acerca de relevantes questões envolvendo o mercado de pagamentos brasileiro, incluindo a segregação de funções desempenhadas pelo Banco Central, em consonância com princípios constitucionais da administração pública, cujos pressupostos também se correlacionam com os direitos e garantias fundamentais, visando segurança jurídica aos operadores e usuários finais do setor de pagamentos.

Autor: Gastão Vieira (PROS/MA)

Relator: Gilberto Abramo (REPUBLICANOS/MG)

Parecer: Pela aprovação deste, e da Emenda apresentada na Comissão, com substitutivo.

PL 537/2024 - Dispõe sobre o fortalecimento da atividade de inteligência policial para a prevenção, investigação e repressão aos crimes cujo aliciamento de pessoas ocorre pela Internet e as ações de violência extrema e mórbida se manifestam fora dela. Item nº 48.

Explicação: Prevê o fortalecimento das ações de prevenção e repressão aos crimes cibernéticos, especialmente os que tenham repercussões sociais violentas.

Autor: Rodrigo Gambale (PODE/SP)

Relator: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação.

CAPADR - COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL / Anexo II, Plenário 06, 10h00

PL 9362/2017 - Dispõe sobre a política de incentivo e promoção ao desenvolvimento de startups. (PL das Startups) Item nº 5.

Explicação: estabelece a política de incentivo e promoção ao desenvolvimento de startups e de ambiente de empreendedorismo e contribui para a inovação e melhoraria da competitividade da economia com produtos e serviços de maior valor agregado

Autor: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Relator: Coronel Fernanda (PL/MT)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 10928/2018, 477/2019, 2670/2019, 3432/2019, 5162/2020 e 140/2021, apensados, com substitutivo.

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 11h00

REQ 38/2024 - Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação para debater o Plano Brasil Digital 2030+ Integrando Políticas Governamentais e Sociedade Civil para a Liderança em Transformação Digital. Item nº 3.

Autor: Nely Aquino (PODE/MG)

PL 840/2021 (Nº Anterior: PLS 398/2018) - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que “dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo”, para dispor sobre estímulo à participação feminina nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia, matemática, química, física e tecnologia da informação e mitigação de barreiras contra mulheres nessas áreas, bem como para prorrogar o prazo máximo para conclusão de cursos e programas de educação superior nos casos de maternidade e de adoção. Item nº 10.

Explicação: concede, nos casos de maternidade e de adoção, 180 dias adicionais para a conclusão de cursos e programas de educação superior. Também estabelece, como princípios da lei que trata incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica: (i) o estímulo à participação da mulher; e (ii) o estímulo ao empreendedorismo feminino.

Autor: Senado Federal

Relator: Daiana Santos (PCDOB/RS)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 2877/2022, 4813/2023, apensados, do Substitutivo adotado pela Comissão da Mulher, com substitutivo.

PL 760/2019 - Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências. Item nº 12.

Autor: Bacelar (PV/BA)

Relator: Luisa Canziani (PSD/PR)

Parecer: Pela aprovação deste, do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde, com substitutivo.

PL 587/2022 - Institui a Política Federal TI Verde, para promover a reutilização e reciclagem de computadores e acessórios descartados pelos órgãos públicos federais. Item nº 14.

Explicação: tem como objetivo promover o acondicionamento, reutilização, reciclagem e disposição final adequada de computadores e seus acessórios descartados pelos órgãos públicos federais.

Autor: Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 4719/2023 - Dispõe sobre o incentivo ao desenvolvimento de inteligência artificial. Item nº 15.

Explicação: Dentre outros, estabelece que os fundos setoriais nas áreas do Agronegócio, Aeronáutico, Biotecnologia, Energia, Espacial, Hidro, Inovar-Auto e Saúde deverão investir, no mínimo, 10% no desenvolvimento tecnológico em inteligência artificial.

Autor: Dimas Gadelha (PT/RJ)

Relator: Sargento Portugal (PODE/RJ)

Parecer: Pela aprovação deste, e do PL 1539/2024, apensado, com substitutivo.

CCULT - COMISSÃO DE CULTURA / Anexo II, Plenário 10, 13h30

PL 3797/2019 (Nº Anterior: PLS 389/2016) - Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados. Item nº 2.

Autor: Dário Berger

Relator: Pendente

Parecer: Pela rejeição deste, dos PLs 6708/2016, 986/2020, 3675/2020, 1414/2020, 1427/2020, do 1464/2020, do 1813/2020, do 2502/2020, do 5129/2020, e do 1652/2021, apensados.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 14h00

REQ 55/2024 - Requer o convite ao Exmo. Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para comparecer nesta Comissão e prestar esclarecimentos acerca da regulamentação das BETS e legalização de sites de apostas online, além de ações pretendidas pela pasta. Item nº 12.

Autor: Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO)

PL 1507/2023 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para prever a publicidade de produtos e serviços ilícitos em “sites” hospedados em servidores localizados fora do Brasil como crime contra o consumidor. Item nº 18.

Explicação: Altera a lei de proteção do consumidor para estabelecer pena de detenção àqueles que promovam ou permitam publicidade de produtos ilegais nacionalmente em sites hospedados em servidores estrangeiros, ou licenciados em países que os permitam.

Autor: Mauricio Neves (PP/SP)

Relator: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 1954/2022 - Dispõe sobre o tempo como bem de valor jurídico essencial para o exercício dos direitos da personalidade, devendo ser considerado para fins de reparação integral dos danos ao consumidor. Item nº 31.

Explicação: entre outros, reconhece o tempo como um bem de valor jurídico e altera o Código de defesa do Consumidor para considerar, para fins de indenizações, práticas abusivas condutas do fornecedor que impliquem na perda de tempo do consumidor. Além disso, determina que o fornecedor de serviços deverá utilizar de todos os esforços para prevenir a perda de tempo indevida do consumidor.

Autor: Carlos Veras (PT/PE)

Relator: Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CSPCCO - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO / A Definir, 16h30

Audiência Pública - Tema: Panorama atual da exploração ilegal de jogos online e adequação do atual sistema regulatório e repressor

Convidados:

- Regis Dudena, secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA/MF);
- Carlos Manuel Baigorri, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- Vitor Hugo do Amaral Ferreira, diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Felipe de Olívio Derzi Pinheiro, chefe adjunto do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil (BCB);
- Erick da Rocha Spiegel Sallum, delegado da Polícia Civil do Distrito Federal (PC/DF);
- Paulo Gondim, delegado da Polícia Civil do Estado de Pernambuco (PC/PE);
- Helena Ferreira Moura, professora da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília (UnB); e
- Rodrigo Alves, representante da Associação Brasileira de Apostas Esportivas (Abaesp).

SENADO FEDERAL

Segunda-feira (11/11)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA / Plenário Virtual de Comissão, 10h00

Audiência Pública - Tema: 10ª Audiência do ciclo de audiências públicas para debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.

Convidados:

- Vanessa Goulart, promotora do Ministério Público do Estado de Goiás (MP/GO) e representante da Comissão Permanente de Educação do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (COPEPUC);
- Suzane da Rocha Vieira Gonçalves, presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE);
- Letícia Jacintho, presidente da Associação De Olho no Material Escolar;
- Bruno Loureiro Mahé, coordenador de Ações de Controle da Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do Tribunal de Contas da União (AudEducação/TCU); e
- Vinícius Schafaschek de Moraes, servidor do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TC/RO) e representante da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON).

CPIMJAE - CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 14h00

Audiência Pública - Tema: Promover o debate sobre Ludopatia, nos termos do requerimento nº 109/2024-CPIMJAE

Convidados:

- Representante da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP);
- Representante da Associação Médica Brasileira (AMB);
- Oscar Rodolpho Bittencourt Cox, membro do Conselho Municipal Antidrogas do Rio de Janeiro (COMAD);
- Salomão Rodrigues Filho, representante do Conselho Federal de Medicina (CFM);

- Hermano Tavares, representante do Instituto de Psiquiatria da Universidade de São Paulo (USP); e
- André Rolim.

Terça-feira (12/11)

CDR - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 09h30

PLC 134/2017 - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências". Item nº 1.

Explicação: permite que os recursos do FNO, FNE e FCO, financiem as atividades produtivas ligadas à economia criativa relacionados às áreas de software/jogos eletrônicos de lazer e entretenimento e serviços de computação e software, entre outros

Autor: Giuseppe Vecci

Relator: Professora Dorinha (UNIÃO/TO)

Parecer: Pela aprovação deste e da Emenda nº 2-CAE da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

REQ 15/2024 - Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública, com o objetivo de debater o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais e o novo modelo de desenvolvimento regional após a EC 132 e regulamentação do PLP 68/2024.

Autor: Laércio Oliveira (PP/SE)

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 10h00

PL 2440/2023 - Dispõe sobre o incentivo fiscal às doações realizadas a organizações gestoras de fundo patrimonial, constituídas nos termos da Lei 13.800/2019, e sobre sua tributação; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e dá outras providências. Item nº 8.

Autor: Flavio Arns (PSB/PR)

Relator: Rodrigo Cunha (PODE/AL)

Parecer: Pela aprovação deste e pelo acolhimento da Emenda nº 2, com substitutivo.

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 10h00

Audiência Pública - Tema: Destinada a instruir o PLP 68/2024, e debater o impacto da reforma sobre o setor da saúde.

Convidados:

- Bruno Toledo Checchia, Advogado e Representante de Dyogo Oliveira, Diretor-Presidente da CNSeg
- Jarbas Antonio de Biagi, Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP)
- Sergio Mena Barreto, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Farmácias e Drogaria (ABRAFARMA)
- Abrão Dib, Presidente da Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência (ANAPcD)
- João Caetano Muzzi Filho, Advogado e Consultor Tributário e Representante de Omar Abujamra Júnior, Diretor-Presidente da UNIMED do Brasil
- Emerson Casali Almeida
- Assessor Parlamentar da ACAD Brasil e Representante de Ailton Mendes, Presidente da Associação Brasileira de Academias (ACAD Brasil)
- Mirocles Campos Veras Neto, Presidente da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB)
- Cleudes Freitas, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (UNIDAS)
- Nelson Mussolini, Presidente Executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma)
- Augusto Silveira de Carvalho, Presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 14h00

Audiência Pública - Tema: Debater o tema Educação Midiática, com ênfase no uso de aparelhos celulares dentro das escolas.

Convidados:

- Ana Úngari dal Fabbro, Coordenadora-Geral de Tecnologia e Inovação da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC)
- Representante do Conselho Nacional de Educação (CNE)
- Fabiane Bitello Pedro, Vice-Presidente da Região Sul da União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME)
- Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação (FONCEDE)
- Patrícia Blanco, Presidente do Instituto Palavra Aberta
- Ticiania Santiago de Sá, Doutora em Educação e especialista em Psicologia do Desenvolvimento da Aprendizagem

CDD - COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA/ Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, 14h00

PL 4400/2021 - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir a invasão e apropriação de conta em rede social, bem como a extorsão mediante invasão ou apropriação de conta em rede social. Item nº 1.

Explicação: institui crime apropriar-se indevidamente de conta alheia em rede social ou invadir dispositivo informático de uso alheio e extorsão precedida de apropriação indevida, com determinação de pena.

Autor: Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relator: Weverton (PDT/MA)

Parecer: Pela aprovação, com emendas

PL 651/2022 - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos digitais; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Item nº 2.

Explicação: acrescenta ao Código Penal os crimes de extorsão mediante sequestro digital e estelionato digital.

Autor: Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relator: Portinho (PL/RJ)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 14h30

Audiência Pública - Tema: Destinada a instruir o PLP 68/2024, e discutir o regime aplicável aos serviços financeiros, incluindo concursos de prognósticos e split payment".

Convidados:

- Rodrigo Maia, Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF)
- João Rafael Gândara de Carvalho, Advogado da Federação Nacional das Empresas de Resseguros (FENABER) - Representante de Paulo Cesar Pereira Reis, Presidente da FENABER
- Eduardo Lopes, Presidente da Associação sem fins que representa instituições financeiras e de pagamentos (ZETTA)
- Heleno Torres, Consultor da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (ABIPAG) e Professor Titular de Direito Tributário da Universidade de São Paulo (USP) - Representante de Gabriel Cohem, Diretor Jurídico da ABIPAG
- Ricardo de Barros Vieira, Vice-presidente Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS) - Representante de Giancarlo Greco, Conselheiro Presidente da ABECS
- Carlos Antônio Vieira Fernandes, Presidente da Caixa Econômica Federal (CEF)
- Daniel Loria, Diretor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda
- Carolina Negri, Presidente Executiva do Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas (Sindepat)

Quarta-feira (13/11)**CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL /** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 09h30

PL 2628/2022 - Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Item nº 1.

Autor: Delegado Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relator: Flavio Arns (PSB/PR)

Parecer: Pela aprovação do Projeto, com Substitutivo e pela rejeição das demais emendas.

PL 613/2021 - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar como crime condutas indevidas praticadas contra sistemas e dados informáticos. Item nº 4.

Explicação: aumenta a pena dos atuais crimes cibernéticos e cria outros tipos penais (falsidade informática, uso abusivo de dado informático, burla informática e interferência em sistema informático) baseado na Convenção de Budapeste.

Autor: Marcos do Val (PODE/ES)

Relator: Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Parecer: Pela aprovação.

CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 11h00

Audiência Pública - Tema: Debater o impacto e a governança das ações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) após a liberação total dos recursos - Foco no Setor Público e Governamental.

Convidados:

- Cicília Raquel Maia Leite, presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem);
- Olival Freire Junior, diretor científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Representante do Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti);
- Representante do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap); e
- Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

CTIADMTR - COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAME DE PROJETOS DE REFORMA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO NACIONAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 14h00

PL 2481/2022 - Reforma da Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo). Item nº 1.

Explicação: Na proposta de revisão da Lei do processo administrativo federal, dentre outras disposições, há a inclusão de artigo com o seguinte texto: "Art. 68-F. No âmbito dos processos administrativos e desde que haja concordância dos interessados, a Administração poderá se utilizar da mediação, da negociação, do comitê de resolução de disputas e da arbitragem, observada a legislação específica"

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pendente. Será apresentado relatório sobre as Emendas nºs 4 a 32-PLEN.

PL 2483/2022 - Dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências. Item nº 2.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pendente. Será apresentado relatório sobre as Emendas nºs 15 a 50-PLEN.

PL 2488/2022 - Dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações de direito público, e dá outras providências. Item nº 3.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pendente. Será apresentado relatório sobre as Emendas nºs 9 a 22-PLEN.

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 14h30

Audiência Pública - Tema: Destinada a instruir o PLP 68/2024, e discutir os demais regimes específicos.

Convidados:

- Márcio Lopes de Freitas, Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB)
- Wilson Luis Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo (CNTur)
- Manoel Cardoso Linhares, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH)
- Paulo Solmucci Júnior, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL)
- Representante do Ministério da Fazenda
- Thiago Xavier, Representante de Pablo Morbis, Presidente do Sistema Integrado de Parques & Atrações Turísticas (SINDEPAT)
- Representante da Associação Brasileira de Resorts (RESORTS BRASIL)
- Vanderlei Vianna, Assessor de Relações Institucionais e Governamentais do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONINF) e Representante de Custódio Pereira, Presidente do FONINF
- Pedro Henrique de Andrade Nogueira Lima
- Vice-presidente de Assuntos Legislativos do Conselho Federal de Corretores de Imóveis – Sistema COFECI-CRECI - Representante de João Teodoro da Silva, Presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis
- Rodrigo Petry Terra, Consultor Jurídico e Institucional do Instituto Nacional de Reciclagem (INESFA) - Representante de Clineu Alvarenga, Presidente do INESFA

Quinta-feira (14/11)

CRE - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 10h00

PL 233/2022 - Dispõe sobre a coleta e o compartilhamento de dados sobre beneficiário final de pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras com atividades no País. Item nº 1.

Explicação: a medida busca, entre outros: a) definir como beneficiário final de pessoas jurídicas a pessoa natural que, em última instância, possui, controla ou influencia uma entidade – controle que é definido como possuir ao menos 15% do capital ou do direito de voto naquela entidade, aquele em cujo nome uma transação é conduzida ou aquele que detém ou exerce preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger ou remover a maioria dos administradores da entidade; b) fixar como responsáveis pela coleta de dados sobre beneficiário final a Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como das Juntas Comerciais, a partir de orientações exaradas pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) da Secretaria de Governo Digital (SGD); c) sujeitar às obrigações relacionadas à transparência do beneficiário final todas as sociedades civis e comerciais, associações, cooperativas, fundações sujeitas ao direito brasileiro ou estrangeiro que exerçam atividade ou pratiquem atos e negócios jurídicos em território nacional, assim como os representantes de entidades internacionais ou de direito estrangeiro que exerçam atividade no Brasil; e) prever que informações sobre os beneficiários finais de cada pessoa jurídica devem ser fornecidas com determinada periodicidade e detalhes suficientes para permitir a identificação precisa destes; f) aprimorar os sistemas de preenchimento do Quadro de Sócios e Administradores (QSA) de pessoas jurídicas, bem como a publicização de informações públicas contidas no QSA devem ser publicadas em formato aberto, estruturado e acessível a todos.

Autor: Delegado Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relator: Humberto Costa (PT/PE)

Parecer: Pela aprovação com emendas

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 10h00

Audiência Pública - Tema: Destinada a instruir o PLP 68/2024, e debater o impacto do IBS e da CBS sobre segmentos relacionados à infraestrutura e ao setor imobiliário.

Convidados:

- Mário Luiz Menel, Presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE)
- Rubens Rizek Júnior, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa da Economia Energética (ANPEEN)
- Roberto Ardenghy, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP)
- Renata Isfer, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Biogás (ABIOGÁS)
- Evandro Gussi, Presidente da União da Indústria de Cana-de-açúcar e Bioenergia (ÚNICA)
- Christianne Dias Ferreira, Diretora Executiva da Associação Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON)
- Marcos Ferrari, Presidente-Executivo da CONEXIS Brasil Digital
- Marcello Cabral, Diretor de Novos Negócios da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEOLICA) - Representante de Elbia Gannoum, Presidente da ABEEOLICA
- Mario Povia, Diretor do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI)
- Rodrigo Schuch, Presidente da Associação NEO
- Davi Ferreira Gomes Barreto, Diretor-Executivo da Associação Nacional de Transportadores Ferroviários (ANTF)